

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: DESAFIOS DOCENTES PARA TRABALHAR A IDENTIDADE

Surama Araújo Dutra Nogueira¹

Maria Amélia da Silva Costa²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi refletir a cerca da diversidade e inclusão, focando nos desafios docentes para trabalhar a identidade. Desse modo, este estudo discute a importância do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem, além da importância das redes de apoio para o processo inclusivo e o trabalho com a diversidade na escola, isso se constitui também como um desafio docente, considerando que este possa contribuir ou não em uma aprendizagem significativa e inclusiva. A educação é um processo de socialização no qual o em que o indivíduo adquire e assimila vários tipos de conhecimentos diferentes. Trata-se, portanto, de um processo de consciencialização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores que será úteis a todos diversos ciclos de vida que qualquer sujeito se depare. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica. Entre os diversos tipos de pesquisa, este define o melhor delineamento a ser empregado para que os objetivos possam ser alcançados.

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Desafios, Docentes, Identidade.

INTRODUÇÃO

A escola tem um papel importante no processo de formação do aluno. É na escola que o aluno tem a oportunidade de conviver com a diversidade social, cultural e econômica. O processo de inclusão perpassa por vários caminhos, não está limitado apenas à inclusão de pessoas com deficiências físicas, psicológicas ou mentais, relacionam-se também as condições sociais, raciais e étnicas do ser. O objetivo desta pesquisa foi refletir a cerca da diversidade e inclusão, focando nos desafios docentes para trabalhar a identidade e os marcadores sociais.

¹Mestranda em Ciências da Educação – Absolute University. Pedagoga pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP/UNIFIP. Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pelo IFPB, surama.araujo@gmail.com

²Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Pedagoga pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Graduanda em Letras-Língua Portuguesa pelo IFPB, amelhinha4@hotmail.com.

Na perspectiva de valorização e integração do indivíduo no contexto escolar, o planejamento de atividades que promovam a identidade e dignidade do aluno durante as aulas perpassa pela materialização das práticas educativas, ou seja, as ações a serem desenvolvidas na sala de aula, sejam planejadas para atingir a turma por completo, de modo que o mais importante a ser contemplado seja o próprio aluno e não os conteúdos abordados.

Não obstante, toda ação que envolve o termo inclusão social é controversa, pois a sociedade, em especial as escolas, é muito pouco propensa a aceitar um novo contexto de adaptações à realidade de deficientes de modo geral. Outro ponto a destacar é que a inclusão no ambiente escolar não se faz apenas com a matrícula da pessoa com deficiência na escola de ensino regular, e sim na segurança de participação desse aluno, envolvendo-o nas atividades propostas e, acima de tudo utilizando todos os mecanismos possíveis para que ele possa aprender.

METODOLOGIA

No que tange ao tipo, de acordo com os objetivos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica. Entre os diversos tipos de pesquisa, este define o melhor delineamento a ser empregado para que os objetivos possam ser alcançados. Dessa forma reúne os procedimentos de coleta e as fontes de informação. De acordo com Gil (2010) “É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente de livros e artigos científicos.” Esse tipo metodológico do referido estudo, se torna viável, tendo em vista o arcabouço teórico basilar para confirmar ou refutar a hipótese.

DESENVOLVIMENTO

No percurso histórico da Educação Especial o Brasil é possível elencar duas diretrizes internacionais apontadas como as mais importantes da década de 1990. A primeira é a Declaração de Educação para Todos (EPT) e a segunda é Declaração de Salamanca. A Declaração de Educação para Todos é um documento que aponta metas para suprir às necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas, em qualquer fase da vida e recomenda especial atenção às necessidades educacionais das pessoas com deficiência, propondo a adoção de medidas para assegurar a igualdade de acesso à educação como parte

integrante do sistema educacional. A Declaração de Salamanca marca por sua vez a preocupação e implantação de políticas públicas voltadas para garantir que o direito à Educação seja ampliado às pessoas com deficiência, tornando possível a Educação Inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994, p.9) aponta a escola inclusiva como um dos

[...] meios mais capazes para combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos: para, além disso, proporcionar uma educação adequada à maioria das crianças e promover a eficiência, uma ótima relação custo-qualidade de todo o sistema educacional. (ESPAÑA, 1994, p. 9)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 garante que a Educação seja um direito de todos, assim o atendimento especializado na rede regular de ensino é assegurado. Em seu Capítulo V, a LDBEN dedica-se em especial a Educação Inclusiva e apresenta três artigos (58, 59 e 60) que apontam para que o acesso e permanência do estudante com deficiência sejam garantidos. O acesso à escola regular apresenta-se como sendo um grande avanço para as pessoas com qualquer tipo de deficiência, flexibilizando o ensino frente à especificidade da deficiência, no entanto, questões práticas como formação (preparação) de professores capacitados para atendê-las não ficam claras. Isso fica evidente em seu *Parágrafo único*. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A educação é constitucionalmente um direito humano e social que de forma articulada contribui como processo para o desenvolvimento humano. Impulsionada pela atual conjuntura da sociedade, que sofre interferências políticas, econômicas, tecnológicas e familiares, a escola movida às suas funções sociais deve promover a aquisição de novos conhecimentos, bem como, a valorização dos conhecimentos já existentes visando compreender quais são os conhecimentos imprescindíveis para capacitar o aluno a fim de torná-lo um agente de transformação social.

Discorrendo sobre a transformação social o grande desafio da escola é, sem dúvidas, transmitir e construir conhecimentos de forma que promova a conscientização do aluno integrando-o com as atividades educacionais de maneira significativa. A relevância de inserir o estudo da identidade, de temas multiculturais e pluriétnicos, em que a história, nos aspectos culturais, econômicos e sociais seja evidenciada, implica diretamente na conscientização de que o aluno se perceba como parte integrante deste contexto, sendo, portanto, capaz de

valorizar a diversidade reconhecendo que não se trata de uma história restrita a determinado grupo da população, ao contrário narrar fatos de sua própria história. Inclusão perpassa, sobretudo, respeito às diferenças e reconhecimento da individualidade de cada sujeito.

O ambiente escolar é um espaço propício para a formação cidadã e o desenvolvimento pleno do aluno. O professor por sua vez assume papel relevante, formar opinião e minimizar as desigualdades existentes. Os princípios norteadores da prática inclusiva pressupõem que a preservação da dignidade humana, o desenvolvimento da identidade humana e o exercício da cidadania sejam estabelecidos mediante as relações vividas. Assim, torna-se necessário que a educação inclusiva passe por uma reforma na prática de sua abordagem, ou seja, que o processo de inclusão não se limite a criação de leis e construção de rampas de acesso.

Corroborando com Moreira e Candau, (2007, p. 21):

[...] uma educação de qualidade deve propiciar ao(à) estudante ir além dos referentes presentes em seu mundo cotidiano, assumindo-o e ampliando-o, transformando-se, assim, em um sujeito ativo na mudança de seu contexto. [...] A nosso ver, são indispensáveis conhecimentos escolares que facilitem ao(à) aluno(a) uma compreensão acurada da realidade em que está inserido, que possibilitem uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além disso, promovam a ampliação de seu universo cultural. (MOREIRA E CANDAU, 2017, p. 21)

Desde modo, é notório que a escola de qualidade não deve está centrada na aplicação de conteúdos programáticos apenas, pois o desenvolvimento cognitivo do aluno é importante, mas o desenvolvimento social e cultural é fundamental. Neste contexto, o protagonismo do professor é o que diariamente busca aprimorar suas capacidades. Segundo Barbosa (2006) a escola tem a responsabilidade de adaptar-se às diferenças e perceber que os alunos possuem diferenças individuais, culturais, étnicas e de experiências socioeconômicas que não podem ser negligenciadas nem ignoradas.

A escola tem um papel importante no processo de formação do aluno. É na escola que o aluno tem a oportunidade de conviver com a diversidade social, cultural e econômica. O processo de inclusão perpassa por vários caminhos, não está limitado apenas à inclusão de pessoas com deficiências físicas, psicológicas ou mentais, relaciona-se também as condições sociais, raciais e étnicas do ser. Ainda conforme Barbosa (2006, p. 58):

[...] o maior desafio, portanto, é o de ajudar as escolas a mudarem de um modelo tradicional, excludente para um modelo democrático inclusivo, uma vez que algumas escolas regulares – embora de forma isolada – já vem

demonstrando que podem responder positivamente à diversidade dos alunos, usando redes de apoio. (BARBOSA, 2006. p. 58)

Na escola e para o meio social, para que o processo de inclusão seja uma realidade concreta, é necessário que as reformas transcendam os espaços físicos e materiais. É importante, portanto, que se entenda que toda criança, jovem ou adulto tem o direito de frequentar uma creche ou escola comum, no entanto, o processo de inclusão só torna-se real quando a oferta do serviço educacional é especializada para atender e atuar mediante a necessidade individual de cada aluno. Assim, as redes de apoio internas e externas devem unir-se para que haja respeito e valorização do aluno como ser/pessoa, antes mesmo que seja visto a necessidade, pois ajudar o aluno com qualquer tipo de deficiência só é possível quando se valoriza a humanidade existente.

As redes de apoio dentro e fora da escola são de extrema importância e muito necessário para que a equidade entre todos os alunos se estabeleça. O professor, apesar de todas as noções pedagógicas e boa vontade, não consegue assumir todos os campos que são necessários ao desenvolvimento sócio educacional do aluno, assim a rede de colaboração interna que forma a escola como professores-alunos, gestores, supervisores, entre outros são fundamentais, mas psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros são essenciais para que todos os alunos, em sua diferença, sejam tratados e respeitados com igualdade.

Nesse sentido, a implementação de uma política de educação escolar numa perspectiva inclusiva precisa de redes de apoio para responder à diversidade de necessidades educativas existentes na escola, pois a cultura da colaboração deve ser uma das características da escola que trabalha no atendimento à diversidade.

Para desenvolver uma escola “na e para a diversidade” é necessária a construção de uma rede de apoio que colabore com os professores para atender à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos e de suas famílias. Esta rede de apoio tanto pode ser interinstitucional quanto intrinstitucional, caracterizando-se pelo estabelecimento de relações horizontais que promovam a confiança e o apoio mútuo. (MEC, 2005, p. 187).

Podemos perceber que as atitudes de respeito à diversidade são de suma importância em qualquer ambiente, principalmente no ambiente escolar, para que o aluno consiga incluir-se e para que obtenha êxito no quesito aprendizagem. Sabemos que a escola que está aberta à diversidade tende a ser democrática, fazendo com que trabalhem atitudes e comportamentos importantes para que possamos ter uma sociedade mais igualitária e justa. Na diversidade no

âmbito escolar, é vista e trabalhada na concepção de que a escola deve oferecer aprendizagem a todos os educando sem exceção de nenhum, ou seja, a escola tem que propor e garantir direito à educação de forma genérica seja nas questões sociais, culturais e pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento.

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Ainscow e Booth (2000) apontam um conjunto de indicadores que caracterizam as ações inclusivas na sala de aula e que contribuem para uma educação em direção ao desenvolvimento de atitudes de respeito à diversidade, saber:

- planejamento de aulas que atendam à diversidade de alunos nos seus interesses e estilos de aprendizagem. Os conteúdos e as atividades de aprendizagem devem ser acessíveis a todos os alunos;
- elaboração de atividades que promovam a compreensão, a aceitação e a valorização das diferenças;
- promoção da participação ativa e responsável dos alunos ao longo de sua aprendizagem;
- as atividades devem estimular a aprendizagem cooperativa entre os alunos; a disciplina (as regras) deve ser baseada no respeito mútuo;
- o planejamento da sala de aula realiza-se de forma colaborativa (professor da sala regular e professor da sala de recursos);
- os professores devem, continuamente, incentivar a participação e proporcionar apoio à aprendizagem de todos os alunos;
- as tarefas e os deveres de casa contribuem para a aprendizagem;

- todos os alunos participam da aprendizagem fora da sala de aula.

A escola tem um papel importante no processo de formação do aluno. É na escola que o aluno tem a oportunidade de conviver com a diversidade social, cultural e econômica. O processo de inclusão perpassa por vários caminhos, não está limitado apenas à inclusão de pessoas com deficiências físicas, psicológicas ou mentais, relaciona-se também as condições sociais, raciais e étnicas do ser.

Na escola e para o meio social, para que o processo de inclusão seja uma realidade concreta, é necessário que as reformas transcendam os espaços físicos e materiais. É importante, portanto, que se entenda que toda criança, jovem ou adulto tem o direito de frequentar uma creche ou escola comum, no entanto, o processo de inclusão só torna-se real quando a oferta do serviço educacional é especializada para atender e atuar mediante a necessidade individual de cada aluno. Assim, as redes de apoio internas e externas devem unir-se para que haja respeito e valorização do aluno como ser/pessoa, antes mesmo que seja visto a necessidade, pois ajudar o aluno com qualquer tipo de deficiência só é possível quando se valoriza a humanidade existente.

As redes de apoio dentro e fora da escola são de extrema importância e muito necessário para que a equidade entre todos os alunos se estabeleça. O professor, apesar de todas as noções pedagógicas e boa vontade, não conseguiu assumir todos os campos que são necessários ao desenvolvimento sócio-educacional do aluno. Assim a rede de colaboração interna que forma a escola como professores-alunos, gestores, supervisores, entre outros são fundamentais, mas psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, entre outros são essenciais para que todos os alunos, em sua diferença, sejam tratados e respeitados com igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão é um desafio dentro e fora da escola. Notadamente, a escola, em grande parte de sua atuação propõe-se a ministrar conteúdos, dar aula. Assim torna-se comum percebermos que as aulas estão sendo planejadas com o desígnio de contemplar os conteúdos inerentes às disciplinas curriculares. É chegado o momento de se planejar a fim de atingir o desenvolvimento aluno, de modo que os processos de ensinar e aprender sejam conquistados.

Os processos pedagógicos como debates, pesquisas, exercícios orais, observações e vivências contribuem para a edificação da equidade dentro e fora do espaço escola. Independente das características dos alunos que compõem a sala de aula, a aula e a metodologia aplicada deve considerar todos os envolvidos no processo, desde modo, o planejamento das ações pedagógicas implica para o uso de uma metodologia de ensino inclusiva preocupada com uma aprendizagem significativa, de modo que a aula seja planejada para que haja a participação de todos.

O ato de ensinar exige uma prática reflexiva sendo necessário que o professor tenha motivos, objetivos, planos e valores voltados para esse processo. A reflexão constrói novos conhecimentos e objetivos. E na maioria das vezes, essas reflexões transformam-se em ações benéficas para os próprios professores, alunos, escolas e sociedade. Um professor reflexivo não se limita apenas ao que aprendeu durante sua graduação, mas um profissional que se renova e vê ao seu redor várias possibilidades.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. y BOOTH, T. **Index for Inclusion**. Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE). Bristol, UK: 2000.

BARBOSA, V. L. de B. **Por uma pedagogia inclusiva**. João Pessoa: Manufatura, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC/SEESP. **Educar na Diversidade**. Material de Formação Docente. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento de ações nas áreas das necessidades educativas especiais**. Ministério da Educação e Ciência. Espanha: UNESCO, 1994.